



Ata da 24ª Reunião Ordinária do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado de São Paulo

2021/2024

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro, de dois mil e vinte e três, às 14h00, como sendo a primeira chamada e às 14h10 como sendo a segunda chamada, foi realizada a 24ª reunião ordinária do CPDCN-SP – Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado de São Paulo, gestão 2021 – 2024, que aconteceu no Auditório Prof. Hélio Santos, sito à Rua Antônio de Godoi, 122 - 9º andar, Santa Efigênia - São Paulo/SP, da qual passo a relatar todo o seu conteúdo. O presidente Gil Marcos inicia a reunião, às 14h10, saudando todas e todos os conselheiros/as presentes: Agnaldo Benedito de Oliveira, Andrea Aparecida Prestes João, Antônio Carlos da Silva Barros, Carlos Eduardo da Silva, Clarina de Souza Genaro, Eloy Miguel Silva de Oliveira, Ligia Maria Carvalho Azevedo Soares, Gil Marcos Clarindo Santos, Luciana Ribeiro Pena Peghim, Marlene Alves da Costa, Regina Célia da Silveira Santana, Roseli da Silva Santos, Sandra Regina Baptista dos Santos Silva e Thais Prado Horta, Vinícius Conceição Silva. O presidente Gil Clarindo abriu a reunião, dizendo que está de posse da ata, muito embora a Lúcia já enviou para todos as atas anteriores para aprovação e como não houve manifestação contrária ele considerou que estejam todas aprovadas e que referente à ata do mês de janeiro, haja vista que todos também receberam via e-mail para considerações e nenhuma observação foi feita, e se todos concordarem daremos por aprovada a ata da reunião do dia 27 de janeiro de 2023. Todos concordaram. O presidente, finalizou a pauta inicial dando por aprovada a nossa 23ª ata. Em seguida, compartilhou com todos os presentes um e-mail que recebeu recentemente da cidade de Capivari, onde um radialista da cidade após ter ligado na sede do conselho e ter falado com a Lucia, solicitando apoio, pois estava sofrendo perseguição terrestre veicular e aérea, pela polícia. Lucia orientou o radialista que enviasse para o conselho um relato referente o ocorrido. Gil, disse que no relato constava que é um rapaz que reside na cidade de Capivari, com domicílio numa região afastada e que comprou um imóvel próximo do centro da cidade para cuidar melhor da família, mas observou que os vizinhos o olhavam de forma diferente, porque recentemente ele havia ido até a delegacia e dito que era viciado em cannabis. O presidente Gil, presumiu que, provavelmente a vizinhança ao sentir o cheiro constantemente, obviamente reclamou e/ou denunciou. Na sequência entrou em contato com o conselheiro Dr. Agnaldo, passou a situação solicitando auxílio, pois não



soube de pronto o que responder. Sendo assim, o conselheiro Dr. Agnaldo, esteve no município e após apuração dos fatos concluiu que o radialista estava equivocado e que os drones que sobrevoaram a extensão da sua casa estavam à procura, a serviço de outra coisa e não dele e para se ter uma ideia não tem como comprovar que o avião ou drone que sobrevoaram sua residência são da força policial. Em resumo chegamos à conclusão que o radialista está precisando de atendimento psicológico. A conselheira Dra. Regina, disse que é bom verificarmos, porque temos um problema e políticas nacional, estadual e municipal de saúde voltado para a população negra e dentre essas doenças, a saúde mental é a que mais acomete a população negra. Sabemos principalmente que a população em situação de rua, que não é o caso dele, mas que é a grande população na sua maioria negra, ou seja, em decorrência de especialistas, que nós tivemos a oportunidade de fazer parte do Comitê Nacional de Saúde da População Negra dentro do Ministério da Saúde, então sugeriu se possível, antes de qualquer coisa o Dr. Agnaldo fazer uma verificação. Dr. Agnaldo disse que não estamos tratando com uma pessoa leiga. A conselheira Luciana disse que após a pandemia cresceu o número de pessoas com doença mental. O presidente Gil, disse que temos a Conselheira Ligia que representa a Saúde e qualquer coisa podemos procurá-la para os encaminhamentos corretos dentro da secretaria da saúde do governo do estado. Dr. Agnaldo, comentou que já foi proprietário de uma clínica de dependentes químicos e que o trabalho desenvolvido sempre foi com muita seriedade e cuidado. O ponto positivo desse assunto, é o acolhimento realizado pelo conselho em fazer essa escuta ativa com o radialista e assim seguirmos. Gil, passou para a próxima pauta referente o retorno do Dr. Antonio, nesse momento fez uma breve contextualização dizendo que estava conversando com a Lúcia ontem, por conta de o Dr. Antônio ter assumido a coordenação da CPPNI, renunciou a função de conselheiro. Mas o Conselho é soberano, no sentido de tomar uma decisão e pedir sua reintegração, até pela experiência adquirida na coordenação e por ser uma pessoa que iniciou os trabalhos aqui com o conselho e vai caminhar junto. O presidente Gil, deixou claro para todos os presentes, inclusive para o Dr. Antônio, que iremos encaminhar ofício para que seja publicado no diário oficial, desde já, mesmo que não tendo nada oficial que sua presença para nós é superimportante. Em seguida, Gil informou a todos e todas que recebeu um e-mail do Ministério Público, convidando-o para uma reunião para dar explicações sobre as cidades antirracistas. Estendeu o convite para o Dr. Antônio o acompanhar nesta reunião que ocorrerá no dia 10 de fevereiro, mesmo não estando na coordenação e assim ficaram de ir conversando a respeito. O presidente Gil, saúda o convidado de hoje o parceiro e amigo, Tadeu Caçula, que vem dialogar sobre o péssimo episódio, o pronunciamento do presidente da escola de Samba X9. O convidado agradeceu o



acolhimento, e se apresentou. Augusto Tadeu, iniciado em Inquice, no candomblé em Itapecerica da Serra, na Região Metropolitana de São Paulo, surge do Mestre Miguel Machado, do Grupo Cativoiro de Capoeira e sambista por nascença, não por opção, nascendo neste lugar que costuma dizer, que são as três dimensões colocadas nas três obras sagradas do universo negro brasileiro, de resistência negra no Brasil. Em segundo lugar sua formação acadêmica, formado em Sociologia e Política pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, mestre, doutorando em Mudança Social e Participação Política pela Universidade de São Paulo, com extensão no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, a qual também está buscando participar. Atua no samba, na capoeira. No samba, por exemplo, teve a honra de presidir uma das escolas de samba mais tradicionais de São Paulo, que é a Camisa Verde e Branco, finalizou sua apresentação dizendo que liderou outras frentes como sambista no centro de São Paulo. Caçula, disse que o motivo da sua presença nessa reunião, é de trazer um pouco dessa preocupação que nós estamos tendo há algum tempo sobre o projeto de branqueamento das nossas rodas cosmológicas na existência humana. E quando é posto essa questão do branqueamento, não está falando sobre corpos brancos que ocupam esses espaços, mas da mudança das dimensões narrativas e da mudança também do afastamento das tradições, das tradições que nascem como espaço de sociabilidade da nossa população, que foi preterida de ser incluída no projeto de Estado brasileiro. Desde o pós-abolição, nós é que sabemos, o quanto iremos patinar na lama para não nos arruinar, mas desde o pós-abolição foram vários os investimentos do Estado brasileiro, da elite, da parte desse país, de impedir que a gente pudesse ascender social, econômica e politicamente. E as escolas de samba foram criadas também como um espaço de resistência das populações, e ao longo desses últimos anos tem sido branqueada a questão das narrativas e nesse sentido trouxe várias provocações. O samba também é um espaço de discussão política, o samba também é um espaço onde nós temos que debater e fazer a preservação das nossas gestões. Falou de um carnaval hoje em São Paulo, que só a cadeia produtiva gera cerca de 3 bilhões de reais. Não se referiu somente sobre um espaço cultural, e sim de um espaço que também produz um arrego no orçamento que impacta no período da cidade de São Paulo. Não estamos falando de espaço de poder, mas de referência ou espaço de defesa da nossa cultura. E quando a gente percebe, por exemplo, que esse branqueamento vai se tornando tóxico, e nocivo à nossa própria existência como sujeito de direito, e começam a se movimentar no sentido de dizer, olha, vocês estão ultrapassando uma linha de limite de romper com aquilo que está dentro das nossas cosmologias, porque dentro da nossa escola de samba a gente nunca teve histórico, e o Gil, o nosso presidente, é testemunha, de que é oriundo esse



lugar, também de mulher preta sendo desrespeitada no sentido de estar lá, rainha de bateria ser violada, dos mais velhos serem desrespeitados, dos pavilhões serem desrespeitados ou que a gente possa ter sido oferecido com qualquer outro grupo social, seja os povos originários ou os povos descendentes dos europeus invasores desse território. No contrário, a gente pôs um papel didático, metodológico também, de contar uma história que só de um ponto, quando a gente vai perdendo essa narrativa, a gente acaba, enfim, tendo uma certa preocupação. Quando a gente procurou o presidente Gil, foi no sentido de entender que nós lemos, e a leitura crítica e política que a gente fez, foi de que o Conselho Estadual de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra cumpre um papel fundamental para ter uma posição nesse lugar, porque nós estamos falando de uma pessoa que, embora tenha sido oriunda de uma escola de samba preta raiz, que é a Camisa Verde e Branca, não aprendeu os nossos ensinamentos e os fundamentos do que é uma escola de samba e já tem, inclusive de forma recorrente, práticas que ele tem deixado o mundo do samba muito preocupado com essa postura, servindo de exemplo para outras pessoas. Quando o Adamastor, no esquema da Escola de Samba X9 paulistana ergue o pulso e pede para a população, para a comunidade, deixar o punho cerrado e com perdão da palavra isso, não significa “coisa” nenhuma, ele está desconstruindo ou tentando apagar um centro de resistência histórica da população negra. Esse gesto, representa a resistência desde o processo de escravização de africanos, desde o processo de pós-abolição e desde o processo de luta de justiça de direitos dos povos das diásporas africanas que transcende as fronteiras do país. Está colocado em todas as diásporas africanas o movimento de luta. Então desrespeita a luta inclusive do movimento negro, no sentido de medicar direitos iguais. Então fizemos o debate e provocamos no mesmo dia a Liga, independente da escola de Samba. No dia da apuração, Tadeu Caçula ligou para com o presidente da Liga da escola de Samba, pontuou que tem uma relação muito respeitosa para com ele, mas lembrou o presidente que a Liga precisaria se posicionar, porque, independentemente de ter sido presidente da escola de samba, ele fez uma fala de cunho racista dentro de um evento organizado pela Liga da Escola de Samba. Uma coisa é fazer uma fala dentro da sua quadra, dentro da sua comunidade, e correspondendo à sua quadra, mas a situação é de que ele fez isso num evento oficial da cidade, num evento organizado pela Liga, e que ficou à disposição de toda a imprensa. A Liga saiu com uma nota e na sequência, o nosso mestre Zulu, foi orientado a fazer uma fala na abertura, dizendo que a Liga repudia o ato. Porém, escrevemos um artigo, que deu repercussão muito interessante na mídia, algumas empresas nos procuraram e criamos uma comissão para poder pautar ali, no sentido de apresentar caminhos, e propostas se posicionando veementemente contra não só práticas racistas,



mas práticas recorrentes. O que infelizmente acontece no nosso meio, que é uma reprodução, desse único espaço de organização social que então obedece a uma ordem maior que a sociedade tem, que é a reprodução do racismo, do machismo, da homofobia, do sexismo, ainda é um espaço muito tóxico nesse sentido. E essa comissão vai apresentar, primeiro, uma ideia de que a Liga precisa de fato apresentar um resultado, que na própria nota a Liga vai tomar as medidas cabíveis internas, a gente não quer que seja interno, a gente quer que de fato todo mundo saiba qual é a providência que a Liga vai tomar. E em segundo lugar, apresentou algumas proposições a respeito de se criar um observatório com organizações do movimento social, do movimento anti-classe e lideranças que atuam na frente antirracista para poder orientar suas filiadas, todo o corpo administrativo que trabalha com o organismo carnaval, a passar por uma avaliação anti-classe e ressignificação na leitura social contemporânea. Não dá mais para a gente pensar em falas racistas, falas machistas, falas homofóbicas, nesse sentido o grupo está se formando, e a gente também está pleiteando, a presença, importante do conselho, no sentido de apresentar um caminho. Criticar é muito tranquilo, mas dizer quais os caminhos que podemos apresentar que poderão erradicar práticas como essas, dentro não só do Carnaval, mas na sociedade do carnaval, que reflete também na sociedade do indivíduo, é um vetor para poder colocar proposições importantes. Para não se alongar, quando o presidente Gil abriu a possibilidade de fala nesse espaço, representando esse grupo, que já está em constituição, onde temos a Comissão de Combate ao Racismo, de promoção da igualdade racial da OAB, em nome do Dr. Renato e Dr. Estevam da Advocacia Negra Nacional, A Universidade Zumbi dos Palmares, a Educafro, a Nova Frente Negra Brasileira, a Universidade Líder Sociologia e Comunicação Brasileira e outras organizações que já se colocaram à disposição e certamente irão mandar representantes. Na segunda-feira, às 15h30 a Liga irá receber essa comissão, para poder fazer um debate sobre o infeliz caso que aconteceu explícito de racismo no Carnaval de São Paulo, para podermos, a partir desse observatório, não pensar só na Liga, mas todas as escolas de samba, dirigentes, profissionais que trabalham com o Carnaval, para que possam passar por esse processo de reciclagem ao longo desse ano, e que no próximo ano a gente já comece, ou recomece o carnaval no lugar em que eles fazem. Finalizou dizendo ao presidente Gil e a todos os presentes, que a ideia de ter oficializado esse convite para o Conselho compor esse grupo, e de termos um observatório permanente, que a gente possa acompanhar, não só fazer proposição, mas ter um grupo de trabalho que permanentemente esteja acompanhando os trabalhos do Carnaval de São Paulo. Caçula foi ovacionado e agradeceu a oportunidade. O presidente Gil agradeceu, e disse que o que nos deixa mais triste é a fala ter vindo de uma pessoa esclarecida. T. Caçula aproveitou o ensejo para dizer que



o autor do conteúdo racista está tentando uma forma de se respaldar em alguém que tem voz, algum grupo que tenha fala, para poder dar uma segurada na onda, mas não tem onda que se segure com um ato racismo como esse. O presidente Gil, se reportou aos membros do conselho que são operadores da área jurídica, perguntando se cabe uma ação. Responderam que sim. O conselho irá abrir um expediente a partir do relato do nosso convidado pautado na lei nº 14.187. Tadeu Caçula, disse ser de suma importância a participação do conselho na reunião que está agendada na segunda-feira, às 15h30. O presidente Gil, disse que tem agenda nesta data com o ITESP, mas que irá viabilizar alguém para representar o conselho nesta reunião. Tadeu Caçula disse que estão produzindo um documento que será socializado com todas as organizações e representações. Gil disse que, tudo que o T. Caçula contextualizou abre até precedente para nos reunirmos, e visitar as quadras de escola de Samba para falar com o grande público tudo sobre o conteúdo que trouxe no dia de hoje, porque as pessoas, muitas vezes, elas estão ali envolvidas nos festejos de carnaval, mas não sabem o mínimo da história, acho que é importante para que as pessoas tenham conhecimento do valor dessa nossa cultura popular. O conselheiro Eduardo, disse que não dá para nós brasileiros, passar pano, é chegar e agir com a lei. Dra. Regina parabenizou T. Caçula pelo artigo publicado e perguntou como sobre a verba destinada para o carnaval. T. Caçula respondeu que não acionaram nenhuma secretaria, mas especialmente nesse caso, nosso interesse no Carnaval é o evento oficial da cidade de São Paulo. Então o prefeito tem que, em algum momento se posicionar, que a intensão é ampliar o debate, para que de fato o prefeito em algum momento também seja provocado. Mais do que a gente pensar no orçamento da cidade, que é destinado para o carnaval, que é a terceira maior economia de eventos da cidade de São Paulo, e que é destinado boa parte desse orçamento para as escolas de samba, nosso caminho foi, primeiro mostrar que aquilo não foi um equívoco, que aquilo foi um ato de extremo ato racista. É importante deixar registrado que em momento algum a gente culpabiliza a escola. A escola não é uma pessoa só, temos muito cuidado com a comunidade. A outra parte é a Liga, que é a entidade responsável por organizar o evento do Carnaval. E se a Liga tentar botar panos quentes, a gente começa a intencionar outras coisas. O governo do Estado hoje, também tem uma relação direta com o Carnaval de São Paulo, que sim, está querendo também trazer o governo do Estado na figura dessa organização, dessa instituição. Para concluir precisaremos de um plano de ação, primeiro, tornar público, porque muita gente não acompanhou, porque falando em acesso, as pessoas ficam mais conectadas no mundo social, mesmo assim conseguimos formar uma boa opinião pública. Na reunião de segunda-feira, teremos duas pautas, a primeira se refere a nota que a Liga soltou dizendo que ia tomar as providencias cabíveis e iremos cobrar, pois



não queremos que seja internamente. Queremos saber quais são as penalidades que serão aplicadas e que se torne público, porque o ato racista não foi interno. A segunda pauta, se referirá ao que tratamos aqui hoje, sobre aplicar um conjunto de medidas dentro desse observatório permanente, que vai desde a informação, a reeducação, e letramento, a ações que a gente pode fazer ao longo de todo o processo, com as escolas de samba, juntar o poder público com as instituições, por exemplo, o conselho estar participando dessas atividades da escola de Samba, na Liga, no barracão da escola de samba, pensar em conjunto com a Secretaria de Educação, ações para uma educação antirracista. Dra. Regina perguntou para o T. Caçula sobre a questão dos convites e que vê nesse processo atual, que é muito importante, que possam até chamar a Ministra da Arquitetura para que no futuro, o carnaval tenha lá um stand no Sambódromo. T. Caçula responde que não adianta fazer só as propagandas e não acompanhar o processo de desenvolvimento do carnaval. Você faz a propaganda nas mídias, mas você tem que ter um monitoramento, tem que ter um comitê acompanhando esse processo. E a ideia é, na criação desse comitê, desse comitê permanente, acompanhar o longo prazo do processo, acompanhar também a execução do desenvolvimento do Carnaval. Seja ele não apenas no Anhembi, mas também os blocos de rua. Dra. Regina disse que em Salvador, acompanhou por três anos o conservatório. Lá tinha a SEPROMI BA (Secretária de Promoção da Igualdade Racial do Estado da Bahia e a SEMUR - Secretaria Municipal da Reparação, que ambas as secretarias colocaram, a questão do observatório do carnaval, para ver todas as investigações, estudos e evidências. T. Caçula sugeriu a abertura de um diálogo com a coordenadoria de ações da prefeitura. Regina disse que há essa possibilidade, sendo assim poderemos solicitar a presença de um representante dessa coordenadoria para participar do processo. O presidente Gil, agradeceu mais uma vez a presença do Tadeu Caçula e deixa o CPDCN à disposição, e que terá nosso apoio para qualquer ação que precisar. Gil, comentou que atuam juntos no Memorial dos Aflitos e que será construído um Museu do Memorial dos Aflitos com o apoio da Secretaria da Cultura. A vice-presidente Cida Costa, disse que contamos muito com a vontade do governo para fazer isso. Graças a Deus, nós temos uma secretária envolvida, uma secretária nossa do movimento, do samba, da cultura. Cida Costa, falou sobre o edital para o gerenciamento do memorial e que entendeu que são dois anos que a Prefeitura vai estar na gestão e após a sociedade civil organizada vai tocar o memorial. Então, a vontade, o clamor negro foi ouvido dentro da cidade de São Paulo depois de tanta coisa que a gente já perdeu. Inclusive a Secretária de Cultura Aline, fez questão de ter as nossas representações negras como estátuas, nos lugares, nos espaços, está faltando o professor Eduardo de Oliveira. Gil, fez uma intervenção dizendo o quanto é importante



elegermos nossos representantes. Enquanto a gente não tomar essa consciência de eleger os nossos, para brigar pelos nossos direitos, o caminho vai ficar muito mais longo. Dra. Regina, disse que tudo isso nasceu da luta através de um projeto de lei de um vereador negro, que hoje voltou pra Câmara, mas dia 17 de março está lá na Alesp, e vai ser o nosso deputado estadual para poder nos auxiliar. Então, temos que ter pessoas com potencial de voto, porque às vezes não adianta você querer que a pessoa seja, se ela não tem, conhecimento perfil para ser político. A conselheira Flavia, sugeriu um grande seminário e um resgate da necessidade pontual das governabilidades, como a Cida Costa falou, é preciso ter vontade política e de onde vem essas vontades? Teve a sociedade civil, teve a curadoria, teve inúmeras pessoas que chegaram até aqui e que querem manter isso como produto final que é o Museu, que será o início de todas as outras formações de criação cultural do nosso povo, para o nosso povo. Tadeu Caçula, agradeceu e fez uma proposição dentro desse processo da construção do Memorial, que também está em curso num debate importante na cidade sobre a questão da Bela Vista, disse que foi encontrado o sítio arqueológico aqui, que da mesma dimensão da Liberdade, toda a Bela Vista também é tão importante para nós, então a cidade de São Paulo está permeada por história arqueológica da presença negra e acho que é fundamental que pra além desse memorial que já está praticamente encaminhado na liberdade juntemos forças pro memorial que está sendo discutido e proposto do Bela Vista do Bixiga. Até o nome do metrô está em discussão, eles querem colocar Bixiga 14 bis e nossa proposta é Bixiga Vai-Vai, que é um Quilombo legítimo. O poder econômico e político acaba colocando força e esquema para fazer mais ou menos uma tradição. T. Caçula deixou dois presentes, o livro Casa Verde: uma pequena África Paulistana, e, um catálogo de uma exposição que teve a honra de fazer a curadoria, junto com dois colegas, o antropólogo, Alexandre Bispo, e a arquiteta Joice Berth, duas pessoas pretas brilhantes, que debate o papel da população negra na construção da cidade de São Paulo, enfrentando o apagamento dessa história, dessa estética, e que ele acha que é muito importante apresentar essa dimensão. A conselheira Flávia, pediu a palavra para dizer em nome de todos, do orgulho de ter uma pessoa como essa e que enquanto movimento negro, como pessoas que lutam pela igualdade, todos precisam conhecer, o cara que desafiou, que passou daquela fase da expectativa de será que meu filho negro vai ficar vivo ou não, foi para dentro da academia, expandiu o conhecimento, compartilhou o conhecimento, registrou em livros os signos e registrou isso em todos os espaços que ele pôde estar, inclusive fazendo seus comentários de carnaval, seja na CNN, seja nas suas matérias. E falar para ele nesse momento de como nos sentimos representados. Essa é a razão pela qual ele está aqui. E ele é isso. A família dele é isso. Aproveitou para saudar o tio Paulo. O Paulo é o mestre da nossa Peruche, e



sempre será. Aqui a gente tem o berço cultural, um pedaço disso tudo, não só da Barra Funda, mas do nosso povo, com o DNA expresso, assim, em tudo que faz. Muito obrigada. Todos os presentes aplaudem efusivamente e passamos a fazer o registro fotográfico com nosso brilhante convidado, T. Caçula. Após esse momento é realizada uma pequena pausa. A vice-presidente Cida Costa, retoma a reunião com sua fala e diz que antes da Conselheira Dra. Roseli falar, quer falar sobre um fato ocorrido e que podia ter pedido desculpas, mas que ela é muito tranquila e muito franca para falar as coisas, disse que gravou um áudio dizendo que as comissões não estavam funcionando, que quase não fala no grupo de whatsapp, dizendo que precisava rever as nossas comissões, porque na realidade as comissões não deram certo como esperávamos. E que ligou para a Clarina porque ela disse que estava magoada, por isso e aquilo, porém reitera que temos que falar sobre esses fatos aqui na reunião. E pergunta se a Clarina entendeu e ela disse que sim. Cida Costa apontou que às vezes a pessoa quer mudar de grupo, quer migrar para outro grupo que ela se sente melhor, e que é importante para deixarmos as coisas abertas. Perguntou se todos entenderam, reiterando que precisamos fazer a coisa acontecer e que se alguém não se sente bem nesse grupo, mas quer participar de outro, é só trocar. Seguiu dizendo que, se alguma vez ela falou alguma coisa exageradamente é para que se manifestarem. Precisamos fazer as coisas acontecerem, completou dizendo que conversou com o presidente Gil, que não estava presente, que esse ano todos os grupos deverão apresentar pelo menos um evento. Logo em seguida, toma a palavra a Conselheira Dra. Roseli que apresentou algumas propostas, mas antes disse para a Conselheira Clarina parar com “mimimi” pois apenas um grupo foi questionado, porque não é muito útil, não contribui, que foi o do Conselheiro Dr. Antônio e tudo ficou resolvido, sem problemas e com muita cordialidade. E começa a apresentar o movimento da Justiça Terapêutica e repercussões, todo o movimento sobre a justiça terapêutica. O que é diferente é basicamente isso. Na plataforma jurídica já existe na aplicação, em temas alternativos, principalmente nos casos sociais de crimes de menor potencial, essa alternativa. Só que não de justiça terapêutica. Existem outros grupos, outros trabalhos sendo feitos. E o que nós estamos procurando e, é uma questão com mais de perto, é acompanharmos o que está acontecendo em São José, aplicarmos aqui algum tipo de parceria, junto com o Ministério Público, a OAB, outros órgãos que estejam envolvidos, Terceiro Setor também, para que possamos ter dentro do Fórum Barra Funda e na Boracéia, que já tem esses grupos. E para que isso possa ocorrer, nós chegamos à conclusão, que parece óbvia, mas é bem conhecido, é que nós temos que trabalhar com índices, com números, com resultados. Propôs que façamos uma proposta, a partir de um planejamento, porque quando se trabalha com planejamento fica mais sério, daí



traremos essas parcerias, termos de acordo, o que for necessário e que já está disponível em alguns municípios, mas que nós podemos aprimorar aqui em São Paulo. E a partir daí, começamos a fazer um acompanhamento, essa é uma observação, que vai nos gerar resultados. Isso em termos de governo, ela entende como fundamental, para que possamos justificar a política pública, a existência dessa política ou daquela, do aprimoramento, aonde a população negra tem que ser mais bem atendida e como vai ser a abordagem da polícia. Seguiu propondo que temos que participar, inclusive, da formação dessas polícias. Parece que é uma previsão nossa, mas não é. Isso é o que a gente está falando o tempo todo, de Letramento Racial. É necessário, é urgente. Que a nossa participação enquanto Conselho, é de começar a elaborar esse planejamento. Seguiu dizendo que a Conselheira Dra. Regina trabalhou muito mais que ela nesse tema. Precisamos participar dessas reuniões que já estão ativas, mas que ainda não conseguimos traduzir em números os resultados. Citou que participou de uma reunião recente, em Santana, no Foro Regional Santana onde eles estão aplicando já as penas alternativas, participação de estudos. Geralmente são pessoas que tiveram envolvimento, com álcool ou qualquer outro tipo de droga. Isso está sendo já direcionado também para as questões da Cracolândia. E que nós podemos efetivamente propor e ter como apoio do Ministério Público e outros mais para que isso seja colocado em prática com resultados? Porque a gente depois tem que acompanhar e fazer os ajustes necessários. Citou que fez contato com o Dr. Mário do Ministério Público. Seguiu dizendo que em 2017 ou 2018, na época do Dr. Marcos da Costa, presidente da OAB, tinham uma regulamentação que nós queríamos que seja revista, todo mundo quer ter uma boa ideia, mas já existe esse dia. E a sociedade, só houve um problema, porque naquela época, uma das questões equivocadas que agora nós sabemos que é equivocada, foi a notificação compulsória que não vai funcionar nunca. Por quê? Primeiro, por deixar de ser privado. Segundo porque, quem vai ser tratado, tem que estar de acordo com isso, senão não tem resultado nenhum. E terceiro, que a Polícia Militar, como tem essa formatação de enfrentamento, quando ela precisa alcançar um usuário de droga que tem que ser encaminhado para uma terapia, seja qual for, por ordem judicial, se ele estiver na linha final, tiver 200 pessoas na frente, vai alcançar o atendimento? E como essas famílias vão ter acesso ao resultado dessas terapias? Ela continua dizendo que tiveram pelo menos, 5 grupos muito experientes, desde os AA - Alcoólicos Anônimos, Acolhimento, Amor Exigente e Narcóticos Anônimos, pois eles já têm o conhecimento e sabem como atingir os objetivos. E caberia a eles: entrar com a parte jurídica, estabelecer o contato com o Estado e acompanhar também esses grupos. E a proposta é realizar pelo menos quatro visitas no interior, onde essa proposta já está sendo posta em prática, mas principalmente em São José,



onde eles já têm resultados expressos em números. Acredita que é o único município que já tem números. Passou a palavra para a conselheira Dra. Regina que vai apresentar a proposta, qual será o objetivo, e que elas vão elaborar um slide e uma apresentação para que posteriormente sejam divulgadas nas nossas redes sociais, com a devida aprovação deste Conselho. A conselheira Dra. Regina iniciou referindo-se à Conselheira Flávia como bem ressaltou, que sempre precisamos lembrar do histórico, que surgiu a partir de uma solicitação da nossa Vice-presidente Cida Costa sobre o assunto, porque ela havia colocado uma preocupação que é nossa, porque a gente sabe que população em situação de rua e a questão da Cracolândia são os nossos que estão lá. Então hoje estamos trazendo algumas informações que nós tivemos, mas que iremos nos reunir com o grupo de trabalho, que é Justiça e Segurança Pública e como ressaltou o nosso conselheiro Eloy, nós iremos marcar uma reunião virtual desse grupo de trabalho para que possam fazer o planejamento, que foi uma ideia da Dra. Roseli, para que possamos depois, entregar todo o relatório para a Diretoria Executiva do Conselho e em seguida, ser explanado para todos os conselheiros. Elas acreditam que nós possamos até levar para instâncias superiores. Disse que enquanto Conselho, sabemos qual que é a nossa função, porque o Conselho só apresenta e sugere algo para a Secretaria de Justiça e Cidadania do Estado que já está representada nesse Plano de Ação Integrado que é do Governo do Estado, mais a Prefeitura de São Paulo, o Dr. Fábio Prieto e o Raul Cristiano, que é o Secretário Executivo. Disse que eles já fizeram reunião com o município de São Paulo para essas tratativas. Mas como a nossa preocupação é não só o programa como um todo, mas principalmente a nossa população, então o que elas foram verificar? Que ela e a Dra. Roseli, tiveram conhecimento dessa questão da Justiça Terapêutica que o Fórum de Santana, através do promotor de justiça, Mário Sobrino, já desde 1992 trabalha com isso, então nós fomos presencialmente lá ouvir e ver essa experiência muito exitosa, que ela teve conhecimento através da secretaria que está com um ponto focal na prefeitura em São José dos Campos, lá onde a Justiça Terapêutica foi implementada e 70% das pessoas que optaram pela Justiça Terapêutica, ainda permanecem e diz que o grande problema é que a pessoa quando ela é pega em algum delito, ela ali na hora, ela aceita tudo, mas aí depois ela vai embora, e aí depois ela foge, não quer mais, ou volta. Citou que há outros casos também, como no Rio Grande do Sul entre outros municípios. Os municípios têm indicadores que demonstram que há uma assertividade, é São José dos Campos. Mas antes de falar dessa experiência, o que nós vamos fazer é realizar esse planejamento. Continuou dizendo que todo planejamento é necessário fazer um diagnóstico. então faz-se um levantamento, o que é a justiça terapêutica, como que isso funciona, a quem se aplica, quem é o público-alvo, quais são os principais objetivos, até



pra entender, pois muitas pessoas não conhecem, não sabem o que é. Então, esse realmente é o nosso objetivo de fazer esse diagnóstico. Depois, envolver, como bem a Dra. Roseli colocou, o Ministério Público e a Defensoria Pública do Estado de São Paulo, eles não acreditam muito na Justiça Terapêutica. Dra. Regina, acredita que iremos precisar que o Conselho tenha um representante da Defensoria Pública, para dialogar, discutir, precisamos de um Defensor palatável com essa questão. Uma outra questão também é o sistema de segurança pública. Temos o nosso representante, o Dr. Eloy, que tem todo o conhecimento, está lá dentro e vai poder nos auxiliar muito. E que eles querem fazer esse planejamento e esse diagnóstico com as impressões deles nessa questão. Outra questão é a legislação, nós temos a legislação maior que nós citamos aqui nesse Conselho, mas temos legislação, digamos, estadual e municipal também. Então nós temos que fazer todo o levantamento e ver o quanto que ela se apresenta também, na questão de racismo racial e população negra. Dra. Regina disse, que pelo que sabe, assim muito vagamente, não viu nada que foque, que tenha um olhar para a nossa população negra. As diferenças nós já mencionamos e uma outra questão que nós teremos que discutir juntos, é, primeiro, o que é a identidade do programa, desse projeto que nós estamos trabalhando, então qual é o objetivo geral, nós colocamos aqui, mas precisa ter um objetivo específico que deve ser pautado em cima da população negra. A outra questão, como a doutora colocou também, não adianta você sair fazendo x, y, z, z, se eu não tenho as metas e os indicadores, porque às vezes eu faço determinado ato, mas eu fiz, e aí? Eu fiz aquele ato, mas qual era a minha meta? E daquela meta, o que que eu extraí daquilo? Qual foi o resultado de tudo aquilo? Porque não é daquilo que você queria fazer um negócio, você faz, mas não tem histórico, não tem memória, não tem nada. E hoje em dia, se você vai entregar, principalmente para um secretário, apresentar alguma coisa para um secretário, para uma autoridade alguma coisa, que não esteja escrito, que não esteja claro seus objetivos, suas metas, o seu plano de ação, como é que você fez isso, como é que você pretende fazer aquilo, geralmente estará fadada ao insucesso. E a função do Conselho é propor políticas públicas. Então o nosso objetivo é esse, então, de você fazer algo que tenha sustentação e que você mostre o que você está fazendo aqui. Queremos fazer um plano de ação, novo grupo de trabalho com ideias de todos, porque vocês todos são valorosos e a gente precisa mesmo trocar essas questões e ter, como também a doutora Roseli falou, acompanhamento e analisar aquilo. Muitas das vezes você tem uma política, ou então você sugere uma política que é ótima, só que o administrador, principalmente o gestor público, ele não quer saber por quê. Porque você apresentou algo, mas qual é o acompanhamento? O que você extraiu disso? Então, é isso tudo que a gente quer fazer no grupo de trabalho e aí depois, com a colaboração de todos, e até



quem não está no grupo e que queira colaborar, é muito valioso, porque o nosso Dr. Aguinaldo, tem uma experiência fantástica, o Dr. Eloy, a doutora que estava ausente, que eu não conhecia também e tem o nosso coordenador. E a ideia final é entregar um relatório para a Executiva do Conselho, um documento embasado do que, onde, quando, como, e tal, para que isso possa ser apresentado para o secretário. Hoje nós ainda não temos um governador, mas eu vejo que um trabalho bem elaborado, bem alicerçado, eu vejo que pode ser uma política. Continuou dizendo que nós enquanto Conselho, nós só formulamos, que quem executa e quem faz vai ser naquela política ou não, é o gestor público. E que não deixa de ser um trabalho que a gente possa apresentar, um trabalho que é complexo, não é fácil, nós também vamos precisar de auxílio, de colaboração. Dra. Regina por estar dentro da prefeitura, está dialogando com diversos órgãos por transita. Agora, no Estado, nós precisamos da aprovação do governo, porque vocês viram na mídia que a Procuradoria Geral do Estado, na questão da União, conseguiu uma liminar para aquelas pessoas que não queriam sair das suas residências. Então seria bom termos esse contato com a Dra. Inês da Procuradoria Geral do Estado, para que tenhamos tempo de entrar lá na estatística e puxar peças, mas ver quem elaborou aquilo, qual foi o raciocínio, porque por analogia, são atos totalmente diversos, mas no mundo político você pode utilizar de algumas alegações, você empresta daquilo para que você possa construir a sua e nessa questão da justiça terapêutica, nós temos condições também de usar alguma coisa. Uma outra questão também, nós vamos precisar de um carro, solicitamos através de um ofício, mas nós vamos precisar de um veículo para ir até São José dos Campos, porque a Dra. Roseli e ela pegam seus veículos. Diz que a ideia é levar depois de pronto para o Estado de São Paulo, através do Conselho, apreciar uma política pública que podemos propor. Hoje o Conselho Nacional de Justiça, não reconhece a Justiça Terapêutica. Então a ideia também de como política pública, não só questão de étnico-racial com foco na população negra, mas que o Conselho Nacional de Justiça reconheça a Justiça Terapêutica através desse programa. Em seguida a Conselheira Dra. Roseli diz que temos um compromisso com um tema, nós temos um compromisso com uma Política Pública que permaneça e que traga benefícios para a População Negra e caso precise de ajuste, nós ajustamos. Nós acreditamos que será preciso estabelecer metas, porque terminando a nossa gestão, deixaremos algo que possa ser estudado, pesquisado e aprimorado. O conselheiro Eduardo, trouxe um recorte, no primeiro momento comentou que no ano passado estava trabalhando com um plano e trouxe para o presidente Gil em reunião, sobre o Centro de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil (CAPS-i) que vai de encontro com a temática debatida neste momento. Compartilhou com todos a sua vivência enquanto Coordenador de Abrigo para Crianças e adolescentes e sua



experiência de um ano trabalhando na abordagem social, e quando falamos das Comunidades Terapêuticas, não podemos deixar de lembrar que as ONG's que cumprem um papel de grande relevância, pois vem delas a terceirização dos serviços. E quando a gente fala daquela pessoa que está debaixo do pontilhão, que está numa praça, que ocupou um terreno, eles não querem ir para esses espaços. Por quê, geralmente, a aplicação de remédio através de seringas, de espancamento etc. Então, sugeriu criar um trabalho de monitoria, um ponto mais forte em cima das OSCs, nas cidades, nos municípios do interior de São Paulo, que trabalham nessa linha. Comentou que hoje a maioria das crianças em idade de 8 anos estão viciadas na maconha e no crack e quando eu vejo que São Bernardo dos Campos, e São José dos Campos, sendo referência, são cidades onde eles mandam essas crianças também, como: São José do Rio Preto, São José dos Campos, porque são pouquíssimas cidades do interior que tem o Centro de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil (CAPS-i) e que na sua maioria essas crianças e adolescentes são negros e negras. Comentou sobre um pedido de apreensão e estudo de um adolescente de 14 anos, negro, mas não pediu apreensão estudo para um adolescente de 16 anos, branco, que chegou armado no acampamento, finalizou sua fala, pedindo um pouco mais de atenção para os municípios do interior. A partir daí iniciaram um diálogo de recorte racial para trabalhar dentro desses equipamentos. Reiterou a urgência de que todos os municípios tenham este Centro de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil, exigir do poder público que seja instalado esse equipamento, para trabalharmos as crianças e adolescentes e as Comunidades Terapêuticas. Disse querer colaborar, que está à disposição, mas salienta a importância de fortalecer o interior com essas políticas públicas. Dra. Roseli agradeceu a colaboração enriquecedora do conselheiro. Dra. Roseli disse que a intervenção foi muito pertinente, mas precisamos nos sentar e reavaliar, porque, no quesito contratação de organização da sociedade civil, temos uma lei que federal, que é o MROSC – Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil: Lei 13.019/2014. Então, é uma lei federal que o governo federal criou e os Estados e os municípios criaram os seus respectivos decretos que regulamentam a lei federal, ou seja, não podemos exigir e sim solicitar, porque aqui somos um Conselho e este Conselho, propõe, não exige. Quem executa, quem diz se vai fazer ou não, é o órgão público, mas nós podemos propor isso. Dra. Regina, sugeriu nesse caso o convidado documentasse solicitando informações para que enquanto conselho atuar nesse pedido, pois a executiva do Conselho não pode chegar no secretário, tanto é que tinha a coordenadoria que executava a política pública, então, a ideia enquanto Conselho é fazer um documento para que haja uma propositura. Sabemos que tem todo esse problema da violência e que é um trabalho bem complexo, não podemos garantir se será cumprido ou não. Sobre fiscalizar, Dra.



Regina trouxe uma reflexão. Será que o poder público tem também fiscais? A exemplo da Prefeitura de São Paulo, disse que temos gestores de contrato, mas que as vezes a própria pessoa que é o gestor do contrato, tem que ver a parte técnica, tem que ver a parte financeira e tem que acompanhar. Então, um só funcionário que é gestor, às vezes, de 50 a 100 contratos e as vezes ele também é o fiscal do contrato. Dra. Regina, finalizou dizendo mais uma vez para que faça um documento simples, mas faça. Assim, iremos debater em grupo de trabalho e verificar como o CPDCN vai propor e atuar com efetividade. A conselheira Flávia, pediu a palavra dizendo que uma coisa é o processo de convênio e outra coisa é a função do conselho de fiscalização sobre a implementação de política pública. E quando ele falou da questão técnica, que é interessante, nós precisamos trazer a discussão de um técnico do apoio psicológico, mas não dá para trabalhar com isso, sem envolver a pasta da saúde, ou seja, envolver pra subsidiar, trazendo a assistência social, a saúde, com recorte para a população negra, pois quando se dessa diferenciação, essa diferenciação é a estrutura racial dentro de uma instituição. De como eu trato um preto, como eu trato um branco. Agora, quando se fala em fiscalização, é uma coisa maior, talvez um documento do CPDCN, solicitando informações e orientações, possa ajudar nessa questão, ou seja, provocar os atores de como é que está sendo visto isso. Dra. Regina, reitera, ele tem que redigir um documento dirigido para o CPDCN e ele o CPDCN fazer a discussão e iniciar um diálogo com o órgão competente, dando ciência em primeiro lugar para o secretário de justiça onde estamos, estamos alocados dentro da SJC. A conselheira Dra. Roseli, pediu a palavra para lembrar a todos os presentes que compartilhou no grupo de WhatsApp um pedido do Joãozinho Queiroz, um bailarino nosso, que conseguiu um curso internacional de ballet, e tem um custo considerável para ele chegar até lá e permanecer, para isso está cotizando, já conseguiu uma verba, mas ainda não é suficiente. Então, se alguém tiver interesse em discutir, podemos marcar uma conversa sobre isso. A vice-presidente se dirige à conselheira Lígia, pedindo sua participação na discussão referente à pauta anterior, para que realmente possamos nos fortalecer nas ideias e poder salvar vidas. Porque não é nem a questão de governos, é salvar vidas. Como poderemos impedir desses serem zumbis, e conseguir voltar a trabalhar. Reiterou o pedido para a conselheira Lígia, que tem atuação nessa área da saúde, que envolve a criança o adolescente e até mesmo a questão da Cracolândia, fazendo um chamamento, envolvendo prefeito, governador, serviço social do município, não dá mais para andar de mentirinha. Em relação à Cracolândia, não adianta você tirá-los da praça da Sé e pôr eles na praça Princesa Isabel. Então Lígia, o colegiado lhe passa essa missão de articular, reunir elementos necessários e nós estaremos aqui prontos para discutir isso. Lígia, propôs que na próxima reunião ordinária, se apropriar dessa



proposta, trazendo alguém da saúde mental, podendo ser do município, ou do estado. Cida Costa passou a palavra para o conselheiro Dr. Agnaldo, que parabenizou a todos dizendo as falas que foram importantíssimas. Por quê, principalmente porque muitos jovens, adolescentes, adultos e mães, que hoje estão aqui na Cracolândia que são do interior. Nós temos os CAPS nas cidades do interior e várias Comunidades Terapêuticas, mas só que ninguém quer essa comunidade terapêutica, do lado da sua casa, ninguém quer nas áreas urbanas, aí fazem a criação dessas Comunidades Terapêuticas na área rural. Quando eles chegam na área rural, eles encontram a dificuldade da implantação documental, principalmente, por causa do município. O município não permite. O impacto dentro do município não permite que eles restituam isso, porque eles não vão conseguir nome de rua, eles não vão conseguir o CEP, e eles não conseguem se qualificar. E aí, o que que acontece? São entidades maravilhosas que, como a Flavia falou, nós temos a Casa do Conselho em Piracicaba, que a gente sai batendo nessas casas terapeutas, sabendo o trabalho que eles estão realizando, e qual a intensidade que está atendendo esses jovens, adolescentes e até os adultos, e a possibilidade de cura, de atendimento, da restituição dessas pessoas às suas famílias. Então, assim, é importantíssimo isso. Mas esse trabalho, partindo daqui do estado e se estendendo para o município, a gente consegue qualificar essas Comunidades Terapêuticas e fazer com que elas atendam a essa comunidade. Outra questão que a gente fala, principalmente, é pegar essas pessoas, principalmente envolvidas no tráfico, que são usuárias e quando chegam, no sistema penitenciário, principalmente na delegacia, abordagem por policiais e principalmente sendo negros, ele é tratado como traficante, não é tratado como usuário. E aí o que que acontece? Quando chega numa condenação, muitas vezes essas pessoas não têm uma assessoria de qualidade e simplesmente tem a Defensoria Pública, me perdoem a Defensoria Pública, e que permite e automaticamente penaliza esse usuário, que ele seja condenado, porque qualifica, chama o advogado que está lá na OAB para ele acompanhar o processo. O processo que tem 500 e poucas páginas, ele chega no dia da audiência, ele só vê o nome do cliente e simplesmente assina a condenação daquele cliente, e aí o cidadão vai para o sistema penitenciário e além dele ser tornar um de droga ele vai se tornar um traficante efetivo. Então, são essas questões que temos que pautar, porque automaticamente essa coordenação, que acaba vindo para ele, resume-se numa condenação de no mínimo cinco anos do primário. Precisamos conversar um pouco mais para a gente qualificar esse trabalho. Dr. Agnaldo finalizou sua fala se colocando à disposição. Cida Costa, elogiou a todos. Dra. Regina sugeriu o envolvimento de todos os GTs para efetividade das ações do CPDCN, principalmente as Comissões da Saúde e Educação. Para registro, tivemos a presença do Dr. Nilton trindade, que parabenizou a todos pela reunião e pela oportunidade de



participar como ouvinte. A vice-presidente Cida Costa, agradeceu sua presença e o convidou para em outro momento fazer uma palestra. Cida Costa passou a palavra para a conselheira Sandra, que informa a todos que o presidente da câmara do seu município e nem o vereador não querem colocar em votação o projeto dos conselhos. A conselheira Flávia, disse que uma das propostas que foi sugerida, é de fazer uma audiência pública, chamar os pares executivos, as governabilidades, o gabinete da Leci já estão atuando lá, a UNGRO também, os movimentos estão lá, Sandra está acompanhando tudo. Assim, enquanto conselho criar uma grande audiência, onde coloca legislativo, executivo, conselho estadual e os conselhos da proximidade, para falar, da importância. Sandra, fala da dificuldade de articular com os conselhos da região. Sandra em conversa com o presidente Gil pensaram em abrir uma agenda e conversar com os vereadores. Sandra nesse momento precisou se ausentar, pois depende do transporte para retornar para seu município. A conselheira Andrea João pediu a palavra para agradecer a todos e convidar a todos para visitarem o Centro de Memória e aproveitar para agendar a próxima reunião do CPDCN com o ITESP. Gil, pediu a palavra a título de deixar registrado que a conselheira Lilian sugeriu uma reunião ordinária na cidade de Jaú. No primeiro momento tínhamos pensado na cidade de Tietê, mas por questões de logística não foi possível na ocasião. A conselheira Flavia Costa, lembrou a todas e todos sobre o 8M, para que possamos iniciar a construção da ação. Sobre a página do facebook, irão reunir com a executiva para decidir quem ou quais membros irão alimentar a página. O conselheiro Eduardo, explicou a todos o procedimento de inclusão como administrador na página do facebook. Será feito encaminhamento para alimentar efetivamente a página. Gil, comentou que temos uma aba específica dentro do site da Secretaria da Justiça para poder publicar nossas matérias. A conselheira Flavia concordou com o presidente Gil, dizendo que temos que pensar no conceito de comunicação e comunicação é rede social e conteúdo, ou seja, a cada ação que a gente faz, por exemplo, tivemos aqui o ouvidor da polícia, um curador histórico, então se transforma em conteúdo para ser divulgado como ações do CPDCN e outro ponto são os boletins diários. A conselheira Lígia, pediu a palavra para informar ao presidente Gil que referente ao processo do Plano Estadual da Promoção da Igualdade Racial, a Dra. Inês criou um monte de óbices e não sei o que responder, não sei se nas outras áreas aconteceu da mesma forma. Nesse momento o Dr. Antônio, esclarece para todos e em especial à conselheira Lígia que o Ministério Público está acompanhando todo o processo e que na inicial do Plano, era pra ter sido ser aprovado rapidamente pelo governador, Rodrigo Garci, mas perdeu a eleição. O Ministério Público estabelece e vai atender aquilo que a PGE- Procuradoria Geral do Estado vai precisar. Nesse sentido, todas as secretarias e órgãos que foram citados têm que



esclarecer, fundamentar o porquê daquele item, por exemplo, a ITESP, A secretaria de Cultura já respondeu, já atenderam o solicitado. Ligia, perguntou se antes funcionava dessa forma. O presidente Gil e a oficial administrativa Lucia, disseram que não, tranquilizando a conselheira Ligia, dizendo que esteve com o novo secretário executivo, Raul Cristiano, e pontuou os itens mais importantes da nossa gestão e que um deles é a aprovação do Plano Estadual de Promoção da Igualdade Racial, inclusive a Lucimara e o chefe de gabinete estavam presentes e o secretário executivo autorizou dar sequência. No dia seguinte, a Lucia encaminhou um ofício solicitando encaminhamento, devido a nova gestão do governo, pois precisariam tomar ciência do processo e paralelo a isso estamos acompanhando. A Vice-presidente, pediu a palavra para informar que estivemos no gabinete do secretário-executivo para apresentar o CPDCN e solicitar agenda. Então, estamos aguardando essa agenda. Outro ponto é sobre a secretária da mulher, que é mulher preta, se iremos convidá-la ou não. A conselheira Flavia intervém dizendo que essa secretária é contra cotas dentre outras coisas e que discorda e que jamais irá apoiá-la. Cida Costa, fez a pergunta novamente, em consenso nesse momento a maioria se posicionou contrário, e encaminhamos discutir em outro momento essa pauta. O presidente Gil, finalizou dizendo que é prerrogativa da executiva convidar todas as secretarias independente do secretário(a), ser do partido A ou B. Agradeceu a todas e todos e deu por encerrada a reunião. Não havendo mais nada a acrescentar e sendo lavrada por mim, Lilian Raquel Pires, secretária executiva, a presente ata, sendo lida, conferida e rubricada por todas e todos os presentes.